



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FORJANDO O ESQUECIMENTO NA DÉCADA DE 1930 – ENTRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO O CASO DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA (LISBOA – 1940).

Vitor Freire Corrêa

PPGMS – Programa de Pós Graduação em Memória Social Unirio

E-mail: vcfreire@hotmail.com

Resumo: Tendo seus preparativos na década de 1930 o Congresso Luso-Brasileiro de História representa uma grande oportunidade de estudarmos a construção do esquecimento nesse período, levando-se em conta a formação da identidade nacional e da memória utilizando-se da cultura, artistas, intelectuais e da formação de um patrimônio nacional como alicerces de um projeto de governo.

Palavras Chaves: Memória, Identidade, Cultura, Patrimônio

Por que o Congresso Luso Brasileiro de História de 1940 sonhado pelos portugueses como monumental acabou por cair no esquecimento da literatura brasileira de uma forma geral e foi esvaziado da participação brasileira? Pra tentar responder essa pergunta iniciada há quase três anos faltava uma peça no quebra cabeças, e essa peça foi encontrada num texto que considero chave para a pesquisa: Memória, esquecimento e silêncio de Michael Pollak, lido a primeira vez há cerca de um ano, e relido diversas vezes em busca de novas questões sobre o embate entre a memória oficial e as marginalizadas, e a institucionalização da memória vencedora. Busquei questões novas por entender que são elas que nos movimentam e não as respostas (1989, p. 3-15). Ainda nessa linha, tomo por referência outra obra do autor: Memória e Identidade Social (POLLACK, 1992, p. 200-215), que me trouxe a tona questões também relevantes sobre as construções da memória e da identidade.

Na década de 1930, recorte do meu trabalho, houve um momento de intensa negociação entre memórias posterior a um golpe de Estado, e em busca de um modelo político que se desejava estabelecer, levando-se em conta preocupações pessoais de Vargas e os membros de seu governo, e a aceitabilidade do povo brasileiro que já tinha sua



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

memória constituída, mas para o governo carecia ainda de uma identidade que deveria ser construída, haja vista o intenso trabalho voltado para a aproximação entre o projeto cultural do Estado brasileiro e a cultura popular. Novos referenciais espaciais foram sendo forjados, haja vista a cultura patrimonial em torno do barroco mineiro, o reforço de instituições já estabelecidas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Itamaraty e a Academia Brasileira de Letras. Tudo, em busca da construção da representação de uma memória coletiva sem grandes choques, mas sim utilizando como artifício a aproximação dos referenciais já existentes com os do modelo de memória oficial em construção em prol da identidade nacional e da memória coletiva de uma forma geral, silenciado e ressaltando espaços referenciais tanto a nível nacional, quanto internacionais.

Retomando Pollak, buscarei fazer uma análise durante a pesquisa sobre o processo de enquadramento da memória durante o Estado Novo perpassando por uma política patrimonial e cultural voltada para a institucionalização de uma Identidade Nacional, onde se forjaram novos referenciais, mas ao escolher o que iria fazer parte desse processo de construção já muito estudado por pesquisadores do período, procurarei em meu trabalho, mediante o Congresso Luso Brasileiro de História de 1940 dar conta de como paralelo a construção da memória coletiva em prol de uma identidade existem também os esquecimentos. Ainda nesse sentido, trabalharei a fundo com a memória do Congresso, o que as comunicações que eram para ser apresentada por intelectuais brasileiros tinham a dizer, e qual era o projeto por trás desse evento do lado português. Ou seja, deixar essa memória “subterrânea falar”.

Sendo assim, as chaves que trabalho diz respeito às relações internacionais luso-brasileiras quando dos preparativos do Congresso Luso-Brasileiro de História, que aconteceu em Lisboa, 1940, mas perpassou por toda a década de 1930 no âmbito de uma diplomacia cultural ainda pouco estudada, que possibilita trocas culturais de acordo com interesses de fortalecer a identidade nacional tanto para Brasil, quanto para Portugal.

As relações luso-brasileiras perpassam por uma década de 1930 marcada por mudanças em diversas áreas, nesse sentido, na segunda parte de seu livro: *A invenção do Trabalhismo*, Angela de Castro Gomes fala de uma redescoberta do Brasil, à medida que no Estado Novo buscou-se reescrever a história do Brasil projetando o futuro de acordo com acontecimentos do passado. A revista *Cultura Política* tinha por objetivo em seus artigos divulgar as transformações que se davam no país para o grande público.



Neste sentido, alguns temas foram abordados de maneira enfática como o liberalismo da Primeira República como culpados pela decomposição social do Brasil. (...) *Esse processo traduzia a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de nossa nacionalidade. (...) Retornar a tradição do país significava identificá-la em dois fatores cruciais: a natureza e a cultura brasileira (...)* (1994, p. 174).

A produção artística cultural ficou a cargo do ministro da educação Gustavo Capanema, essa deveria ser desenvolvida mediante uma política cultural de acordo com a concepção de Estado que orientava a atuação governista, onde o poder político definia o que deveria ser produzido e incentivado. Para Maria Helena Capelato: *A defesa da intervenção estatal na cultura entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram.* (CAPELATO, 2003, p. 126).

Comparada aos moldes fascistas e nazistas, a produção cultural era controlada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). À medida que, os campos artísticos foram organizados e concebidos nos mesmos moldes. Ao DIP cabia organizar, estimular e divulgar a produção artística sejam ela popular ou erudita, pois se esperava que as artes se transformassem em elementos formadores das massas, além de consolidarem-se em elementos nacionais.

O Cinema, o teatro, a música e as artes plásticas foram valorizadas durante o Estado Novo, mas não da mesma forma ou com igual intensidade. Exemplo disto foi à especial atenção dada por Vargas ao cinema por entender ser um importante instrumento para a conquista das massas, além de servir como veículo de instrução. Segundo Capelato: *Com o apoio do governo, a indústria cinematográfica, até então deficitária, pôde equilibrar-se* (CAPELATO, 2003, p. 127).

O governo Vargas também teve um grande projeto universitário. As primeiras iniciativas nessa área, contudo, não couberam ao governo federal: foram a Universidade de São Paulo, criada em 1934 por Armando Sales, e a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por Pedro Ernesto. Data somente de julho de 1937 a lei de criação da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Após a Revolução de 1930, o Estado lançou as bases de uma política cultural que teve como marco inicial a criação do Ministério da Educação e se desdobrou na formação de diversos outros órgãos. Intelectuais das mais diversas formações e correntes de pensamento, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas participaram desse entrelaçamento entre cultura e política que caracterizou os anos 30, ocupando cargos-chaves na burocracia do Estado. Apresentando-se como uma elite capaz de "salvar" o país, os intelectuais reinterpretaram o passado, buscaram captar a realidade brasileira e construíram vários retratos do Brasil.

Houve um debate intelectual e político sobre que matriz regional expressaria melhor a nacionalidade. Além da sociedade nordestina retratada por Gilberto Freyre, tinha-se nos textos de Cassiano Ricardo a defesa da sociedade bandeirante como modelo para a democracia brasileira. Alceu Amoroso Lima, por sua vez, apontava na sociedade mineira traços do espírito de família e de religiosidade que seriam os verdadeiros valores da civilização brasileira.

A política cultural de Vargas envolveu a nomeação de intelectuais para postos de destaque e a criação de diversos órgãos capazes de atraí-los para junto do governo. Assim, em 1930, o arquiteto Lúcio Costa foi indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Manuel Bandeira foi convidado, em 1931, para presidir do Salão Nacional de Belas Artes. Em 1932, o escritor José Américo de Almeida assumiu a pasta da Viação e Obras Públicas. Gustavo Capanema foi nomeado, em 1934, ministro da Educação e Saúde Pública, e convidou o poeta Carlos Drummond de Andrade para chefiar seu gabinete.

A participação dos intelectuais na vida nacional respaldava-se na crença de que eles eram uma elite capaz de "salvar" o país, pois estavam sintonizados com as novas tendências do mundo e atentos às diversas manifestações da cultura popular. Os artistas e intelectuais tratavam em suas obras das questões sociais que estavam na ordem do dia e participavam do debate político-ideológico entre a direita e a esquerda que mobilizava o mundo. Nos livros publicados por uma indústria editorial em expansão, aprofundava-se a temática da cultura negra, indígena e caipira. Através da literatura proletária e do romance regionalista fazia-se a crítica dos valores da sociedade patriarcal e oligárquica identificados com o tempo passado. Interessava agora retratar a vida do homem comum das cidades e dos sertões.



Objetivando o estabelecimento de monumentos para a nação, o Estado Novo buscou na história os símbolos da nacionalidade, sendo um deles a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. A cidade era um local privilegiado, pois foi o palco da Inconfidência Mineira. Os museus também tiveram um papel importante para a formação da memória, e o fortalecimento do sentimento de ‘brasilidade’, pois eram locais que conservavam grande quantidade de itens históricos preservados, e que serviriam como elementos importantes para a formação do “sentimento de brasilidade”. Para coordenar esse esforço de preservação de acervos e de administração da memória nacional, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, criado no ano de 1937, mesmo ano em que o Estado Novo se estabeleceu no poder. O trabalho do SPHAN dava o crédito de guardião das riquezas históricas do país ao regime de Vargas. A importância do controle da memória nacional pode ser medida pela força do decreto-lei 25, que garantia aos monumentos o status de patrimônio, e dava ao Estado o poder de administrá-los sem restrições. No entanto, a história contada pelos museus não necessariamente estaria relacionada com experiências positivas. A colonização europeia, a escravidão, a mistura racial e a pobreza causavam desconforto para aqueles que trabalhavam com os acervos ou visitavam os museus, evidenciando um sentimento de constrangimento do novo Brasil ao olhar para o seu passado.

A necessidade de se alterar o ponto de vista, privilegiando os aspectos positivos da história brasileira tem como um exemplo a reabilitação da memória do Império, que tem como exemplos a construção de um mausoléu para Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina e um museu criado no palácio de verão do imperador em Petrópolis.

Assim como os regimes autoritários da Alemanha e da Itália, o Estado Novo buscou no passado os alicerces para sua ideologia e suas ações. O árduo e grandioso trabalho no estabelecimento de um patrimônio histórico, na construção de monumentos, e no resgate dos heróis nacionais buscava estabelecer um sentimento de “brasilidade”, de unidade nacional, que fosse capaz de reforçar o reconhecimento da autoridade e do poder do governo federal. Além de um elemento de fortalecimento do poder interno, a identidade nacional serviu como argumento para defesa das ameaças de outras culturas, um medo constante em se tratando de um país imenso e com grande diversidade cultural.



A identidade nacional serviu também como forma de ‘exportar’ a cultura brasileira para o exterior. Baseando-se nos pilares do modernismo e da lusofilia, onde o primeiro servia para demonstrar a vanguarda do regime, e o segundo ligava a nação às tradições do passado, o Estado Novo buscava sua legitimação internacional, enaltecendo suas conquistas.

Para contextualizar meu objeto de pesquisa dentro da diplomacia cultural é necessário pontuar que no início do século passado, por mais paradoxal que pareça, apesar do relativo “afastamento” entre o Itamaraty e o Palácio das Necessidades portuguesa, as relações literárias luso-brasileiras conheceram grande incremento, impulsionadas pelo aparecimento de almanaques, jornais e magazines, nos quais participavam escritores das duas nacionalidades. Em que pese à distância física que separava os respectivos colaboradores, esses periódicos constituíram lugares de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiros e espaços de sociabilidade, tal como define François Sirinelli, ao examinar os mecanismos que movimentam as complexas engrenagens do meio intelectual (1996, p. 294).

Do ponto de vista brasileiro, os laços institucionais com Portugal só se fortaleceriam de fato a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em novembro de 1930. O caráter nacionalista da sua política de governo levou-o a se acercar da velha metrópole, onde estariam as raízes étnicas e culturais da jovem nação americana. Duas intervenções pontuais, dos então ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema ilustram bem essa concepção. O primeiro advertia que (...) *o Brasil é amigo de todos os povos, mas, filho, só de Portugal*. O segundo, fazendo-lhe eco, afirmava que (...) *os brasileiros se orgulhavam de ser portugueses na América* (SIRINELLI, 1996, p. 294).

Não por acaso, a aproximação se iniciou, justamente, pelo viés cultural. Ou seja, apoiada em bases previamente consolidadas pelos intelectuais dos dois países. Já em abril de 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa assinaram simultaneamente um Acordo Ortográfico, com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. Só dois anos mais tarde é que os dois governos firmaram o primeiro Tratado de Comércio (1933). Seguiram-se novos protocolos de cooperação intelectual e o estabelecimento do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1934), com o objetivo de estimular o intercâmbio e promover missões encarregadas de ministrar cursos especiais e conferências.



Nesse contexto que se dão os preparativos para As *Comemorações Centenárias*, e conseqüentemente do *Congresso Luso Brasileiro de História*, direcionados para o desenvolvimento da chamada *política do espírito*, idealizada por Antônio Ferro e posta em execução pelo Secretariado de Propaganda Nacional (TORRALBA, 1989, p. 194), buscavam elevar o espírito da gente portuguesa, valorizando-a não apenas como grupo étnico, mas também por sua cultura, pela força de produção, pela capacidade civilizadora e pela unidade independente no concerto das nações. A política do espírito assentava-se sobre três pilares: o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda, de modo a engrandecer a obra de governo de Salazar; a tentativa de conciliar a velha tradição e os valores lusitanos com a modernidade simbolizada pelo advento do Estado Novo; e o estabelecimento de uma cultura nacional e popular com base nas raízes e nos ideais forjados pelo regime salazarista. O esforço realizado para apresentar Portugal como um país culturalmente rico e próspero não se restringiu à propaganda interna. A concepção das celebrações buscava glorificar o presente à luz de uma deliberada (...) *interpretação diacrônica do destino de Portugal*, por meio da (...) *exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos, (...) a fundação e a refundação da Nação (...) simbolizadas como momentos matriciais e preparatórios da construção do Império* (CARTROGA, 1998, p. 268).

Iniciou-se uma ativa troca de correspondências entre a Comissão Nacional dos Centenários, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a Academia Portuguesa da História (APH). É bem verdade que os dois últimos órgãos já vinham dialogando há algum tempo. Refundada por Salazar em maio de 1936, os Estatutos da Academia Portuguesa reservavam dez vagas para historiadores brasileiros no quadro titular. Neste sentido, observamos que a Academia procurou aproximar-se do Instituto, valendo-se da teia de relações pessoais, que envolvia intelectuais dos dois países, desde as primeiras décadas do século XX. Tanto assim que vagas destinadas a brasileiros seriam todas ocupadas por sócios do IHGB. A propósito das festividades do *Ano Áureo*, os dois redutos intelectuais fizeram uma série de planos de trabalho conjunto - publicações coletivas, visitas recíprocas e missões exploratórias de pesquisa.



A programação acadêmica do *Congresso do Mundo Português* veio a público em julho de 1939. Os conteúdos programáticos, distribuídos pelas oito reuniões científicas em que se desdobrava o grande evento, vinham acompanhados de uma nota introdutória de Júlio Dantas, explicando os objetivos e as abordagens pretendidas. No caso da jornada de história luso-brasileira, fixara-se o recorte temporal para o período compreendido entre 1500 e 1822, com a recomendação de que as comunicações deveriam atentar para os: (...) *problemas que respeitam ao descobrimento, colonização e organização da Nação brasileira (...), período cuja história é patrimônio comum dos dois povos irmãos, procurando tanto quanto possível, dentro de um espírito rigorosamente objetivo, o esclarecimento e a unidade de interpretação de determinados fatos* (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939). A Comissão Nacional dos Centenários expediu ofícios ao reitor da Universidade do Distrito Federal, e aos presidentes do IHGB e da ABL, respectivamente, Afrânio Peixoto, José Carlos de Macedo Soares e Antonio Austregésilo Rodrigues Lima, convocando-os para presidir os trabalhos acadêmicos.

Os três dirigentes, sempre corteses e sensíveis aos apelos de Júlio Dantas, curiosamente, não lhe responderam. Cerca de seis meses mais tarde, em tom magoado, Dantas registrou a desatenção, embora continuasse a reiterar aqueles convites. Porém, desta feita, dirigiu-se ao representante brasileiro em Lisboa, o embaixador Araújo Jorge, a quem solicitava a resposta de seus pares. Tão inusitado quanto o silêncio dos letrados parecia o pedido de intermediação endereçado ao embaixador, pois o presidente da Comissão dos Centenários sempre se entendera diretamente com as instituições brasileiras. A par disso, o tema das *Comemorações* aparentava ter saído da pauta do Instituto Histórico. O assunto deixou de freqüentar as sessões ordinárias e a correspondência com Lisboa cessou. A euforia inicial converteu-se em marasmo...

As altas esferas do poder também davam sinais de mudança. No Rio de Janeiro, naquela mesma ocasião, Getúlio Vargas assinara o Decreto-Lei nº 1410, concedendo a abertura de crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores no valor de três mil contos de réis, para atender a todas as despesas relacionadas com a representação brasileira nas *Comemorações Centenárias*. Donde se pode concluir que, no âmbito do *Congresso Luso-Brasileiro*, dispensava-se o pagamento dos custos de viagem e estadia



dos participantes, oferecido pelos organizadores na primeira correspondência enviada ao IHGB e à ABL.

Logo em seguida, Vargas instituiu a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses e instalou-a no Palácio do Catete, sob as suas vistas e debaixo das ordens do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República¹. Meses mais tarde, em 5 setembro, baixou o Decreto-Lei nº 1565, que regulamentava a nomeação de delegados do Brasil a congressos, conferências e reuniões internacionais e dava outras providências. O dispositivo fixava que as convocações dos governos estrangeiros para eventos dessa natureza só poderiam ser endereçadas ao ministério das Relações Exteriores; tornava também obrigatório encaminhar à chancelaria os convites pessoais recebidos por autoridades, funcionários e outros interessados, para emitir parecer a respeito, cabendo as designações ao presidente da República, mesmo que a viagem não acarretasse ônus para o Tesouro Nacional.

É inquestionável que o caráter disciplinador dos atos baixados buscava dar unidade à representação brasileira. Mas, ao mesmo tempo, deixava claro que atividades culturais ou científicas só poderiam ocorrer debaixo da tutela da ordem política (CAPELATO, 1998, p. 100). Em última análise, as medidas cerceavam a autonomia das corporações acadêmicas. Melhor dizendo, afastavam-nas do centro decisório, transformando-as em meras coadjuvantes da dita Comissão e do Itamaraty, que daí em diante passariam a incumbir-se, oficialmente, de todas as atividades concernentes às festas portuguesas.

No caso específico do *Congresso*, as deliberações indicavam a intenção do governo brasileiro de opinar na organização do evento. A ingerência, em princípio, afetava a escolha dos congressistas, incluindo até os que deveriam cumprir funções de destaque. Explica-se, assim, o silêncio dos três eruditos convocados para presidirem a jornada científica, bem como o apelo dirigido por Julio Dantas ao embaixador Araújo Jorge. De mais a mais, vale a pena salientar, entre os dois lados do Atlântico existiam algumas redes de sociabilidades bem consolidadas, envolvendo homens de letras e

¹ A Comissão era formada pelos seguintes membros: Gustavo Barroso (Representação Histórica); Oswaldo Orico (Representação Cultural); Ernesto Jorge Street (Representação dos Stands – Comércio, Indústria e Serviços); Armando Navarro da Costa (Representação Artística); Geysa Boscoli (Representação do departamento Nacional do Cinema); e João Maria de Almeida (Secretário e Tesoureiro).



artistas. Júlio Dantas e Afrânio Peixoto, por exemplo, integravam uma dessas redes. Haviam compartilhado diversas experiências editoriais e projetos como o que foi defendido pela revista *Atlântida* (1915-1921), voltado para o estabelecimento de uma comunidade luso-brasileira (GUIMARÃES, 2006, p. 97). Não por acaso, o ensaísta, membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB, figurou como colaborador no primeiro número da *Revista dos Centenários*, conforme já se disse. Sabe-se, por outro lado, que Afrânio andava em litígio com Vargas, a quem costumava criticar por onde passava. Assim, o respeitoso pedido de intermediação não passava de uma estratégia de Dantas para dobrar a vigilância do Itamaraty e, quem sabe, assegurar a presença do amigo em Lisboa.

Apesar das sucessivas incursões para assumir o controle da parte brasileira na organização do *Congresso*, há evidências de que governo do Rio de Janeiro deu prioridade à participação na *Exposição do Mundo Português*. Para fins de política internacional, sem entrar no mérito das questões concernentes à Segunda Grande Guerra que já estava em curso, a *Exposição* servia de vitrine para o Brasil na Europa. E Vargas aproveitou a oportunidade. Empenhou-se para projetar uma imagem positiva não apenas de si, o fundador do Estado Novo no Brasil, mas também da nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, possuidora de amplos potenciais de riqueza. Perfil que, sem dúvida, correspondia às expectativas de Salazar e representava uma espécie de *prova póstuma* das virtudes colonizadoras de Portugal (CARTROGA, 1998, p. 268). No fundo, para os dois governantes, a *Exposição* se afigurava bem mais conveniente aos seus propósitos do que uma reunião de historiadores.

Para a inauguração dessa exibição monumental e representar o presidente Getúlio Vargas nas solenidades de abertura das *Comemorações Centenárias*, partiu do Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1940, uma embaixada especial, encabeçada pelo general Francisco José Pinto na qualidade de plenipotenciário, composta de militares, diplomatas, burocratas, além do comandante Augusto do Amaral Peixoto Jr e da senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto, respectivamente genro e da filha de Getúlio Vargas, que já estavam na Europa e se integraram ao grupo. Recebida com pompa e circunstância, por Antonio de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, e pelo chefe de Estado, o marechal Oscar Carmona, a embaixada permaneceu em Portugal cerca de dois meses.



O Congresso Luso-Brasileiro de História foi inaugurado, afinal, em 19 de novembro de 1940. A representação brasileira, segundo a desculpa oficial apresentada por Júlio Dantas, não pode chegar a tempo de tomar parte no *claustru dos historiadores*, por causa da anormalidade da situação internacional. O número de estudiosos, portanto, ficou muito aquém do esperado, para desgosto de Dantas, que naquela cerimônia, de modo muito sutil, registrou a pouca atenção do Itamaraty para com o evento, reportando-se à data da designação dos representantes. Aproveitou o momento solene para dar o troco lendo uma mensagem de Afrânio Peixoto: “*Não posso ir a Portugal; não posso estar no Santuário; mas, meu amigo, - até logo*” (DANTAS, 1940, p. 12).

Além das notícias publicadas nos jornais lisboetas, pouco se sabe dos trabalhos do Congresso. No Relatório da Comissão Brasileira não consta uma única linha a respeito. Outro que também não oferece nenhuma pista é o escritor Osvaldo Orico. Ele publicou o livro *À sombra dos Jeronimos*, um diário do período que passou em Portugal, por conta das *Comemorações Centenárias*. Sobre o Congresso, menciona, apenas, que a “memorável sessão de abertura (...), reduz o oceano a uma linha que mal pode servir de divisa” (ORICO, 1940, p. 180).

De qualquer forma, se confiarmos no testemunho da imprensa, é bem provável que a configuração do encontro científico tenha sido alterada, de modo a acomodar o vazio provocado pela falta dos historiadores brasileiros. As notas publicadas reportam que todas as comunicações enviadas no prazo estipulado pelos organizadores foram lidas e discutidas. Mas, revendo o material editado nos anais, percebe-se que o debate ficou mesmo em casa, por assim dizer. Isto não minimiza a participação efetiva de grandes nomes da intelectualidade portuguesa da época, a exemplo do padre Serafim Leite, do almirante Gago Coutinho, de Laranjo Coelho, além das conhecidas arquivistas Luísa da Fonseca e Rosa Capeans. O certo é que a exceção de Gustavo Barroso e de Guy de Holanda, nenhum dos demais autores brasileiros esteve presente ao encontro.

Fora isso, quando se trata da participação brasileira nas *Comemorações Centenárias de Portugal* (1940). Os trabalhos de Luciene Lehmkuhl e de Omar Ribeiro Thomas privilegiam apenas o estudo da imagem do Brasil divulgada na *Exposição do Mundo Português*, um dos eventos emblemáticos daquelas *Comemorações*, promovidas pelo Estado Novo salazarista para celebrar os centenários da fundação do Reino (1139) e da Restauração (1640). Por sua vez, Eulália Lahmeyer Lobo dedica algumas páginas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ao assunto, em meio a uma análise sobre o declínio da imigração lusa para a antiga colônia do continente americano, no período 1930-19503.

Nos escrito acima já é possível perceber que uma “força maior” de uma memória oficial não deixou de apontar a todo o momento quais seriam as referências utilizadas na criação da identidade nacional na década de 1930, processo esse que deveria ser guiado por uma elite intelectual especializada, que deveria atuar não mais apenas em seus redutos intelectuais, mas falar ao povo, ou pelo menos próximo ao que o povo esperava ouvir. Dessa forma escolhas precisaram ser feitas, e no caso do Congresso Luso Brasileiro de História, o evento acabou por ser deixado de lado, pois mesmo acontecendo em Portugal no âmbito de uma diplomacia cultural luso brasileira deveria servir aos ideários do Estado Novo Brasileiro e de sua intelectualidade, sendo necessário ainda que estudemos afundo o que de fato as comunicações enviadas para o evento tinham a dizer, ou seja, uma grande oportunidade de no forjamento do esquecimento na década de 1930 pensarmos nos “não escolhidos” e fazê-los falar.

A pesquisa tem muito a avançar, mas já foi possível perceber que nesse contexto das relações luso-brasileiras temos importante oportunidade de relacionarmos as questões de formação de uma identidade nacional como projeto definida pela ressignificação do espaço social passando pela construção de uma representação da memória coletiva sem grandes barulhos, e sim “naturalizando” os referenciais espaciais da identidade em construção como se eles sempre tivessem existido, precisando apenas consolidar-se em representação, como é o caso da cultura patrimonial estabelecida nesse período. Como este projeto de construção se funda na relação com o outro, na minha proposta de pesquisa procuro esclarecer como esse outro pode estar estabelecido além das fronteiras nacionais, como é o caso do Congresso Luso-Brasileiro de História em seus preparativos, onde a troca cultural entre Brasil e Portugal perpassa pelo projeto de identidade e da memória social sendo afetado por ele.

Referências Bibliográficas:

Alain Corbin, “*Materiaux por um centenaire. Le contenu de la Revue Historique et son évolution (1876-1972)*”. Cahiers n° 2 – Institut d’histoire de la presse et de l’opinion. Tours, 1979, 161-204.



Arno Wehling, Maria José Wehling... [et al.]. *Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. Mestrado Memória Social e Documento, 1997.

Antonio de Oliveira Salazar “*Independência de Portugal - Nota oficiosa da Presidência do Conselho*”. *Revista dos Centenários*, Lisboa, 1: 3, janeiro de 1939.

BOBBIO, Norbert. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a cultura*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 4, abr. 1984.

CAPELATO, M. H. R. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 126.

BERGSON, H. *A memória ou os graus coexistentes da duração*. In: _____. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 47-93.

BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Cf. Maria Bernardete Ramos. “*A intimidade luso-brasileira – Nacionalismo e Racialismo*”. In: _____, Élio Serpa e Heloisa Paulo (orgs.). *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó (SC): Argos, 2001, p. 367, 399-402.

Cf. Omar Ribeiro Thomaz. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002, p. 128.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.185-202.

FALCON, Francisco J.C., “*A identidade do historiador*”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 9 (17): 7-30, 1996.

Getúlio Vargas. “*Discurso*”, pronunciado em 17 de junho de 1939, no Real Gabinete Português de Leitura. *A Ação dos portugueses do Brasil na Exposição do Mundo Português (...)*. Rio de Janeiro: [s.n], 1940.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONDAR, J., DODEBEI, V. (org.) *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.



HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

Júlio Dantas, “Crônica”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, vol. XIV, 1939.

Lucia Maria P. Guimarães. “Echoes of the 'politics of the spirit' at the Brazilian Historical and Geographical Institute”. *E-Journal of Portuguese History*, 4 (2):3, winter, 2006.

Luciene Lehmkuhl. *Entre a tradição e a modernidade: O Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História. Florianópolis: UFSC, 2002.

Luís Reis Torgal., *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 194. (Coleção Minerva - História nº 3). Ver, também, Yves Leonard, *Salazarismo e Fascismo*. Tradução de Catarina Horta Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998, p.95-96.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo, Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

Nuno Simões, *Actualidade e permanência do Luso-Brasilismo* (Conferências e discursos). Lisboa: Edição do autor, 1960, p.34..

Olavo Bilac. “Aos homens de letras de Portugal”. In: _____, *Obra reunida*. Organização e introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 932-933.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo*. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. P. 35-58.

_____. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. P. 97-110.

Oswaldo Orico. *À sombra dos Jeronimos*. Diário de uma viagem ao Portugal de oito séculos. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1940.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*, v. 5 a 10, 1992. P. 200-215.



Real Gabinete Português de Leitura. *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História, Lisboa*. 1940, 3 volumes.

Revista dos Centenários. Lisboa, 5:28, maio de 1939.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. *Sociedade da diferença: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2009.

SIRINELLI, François. *As elites culturais*. In: Rioux, Jean Pierre & _____ (dir.), *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p. 259-280. (Coleção Nova História nº 44).

TORGAL, Luís R. 1989. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva (Coleção Minerva-História nº 3).

_____. 1998. Ensino da História. In: TORGAL, MENDES & CARTROGA, *História da História em Portugal – Da Historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV.

VELLOSO, Monica Pimentel. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.